CLIPPING — COMPLEXSYS E ANDRÉ FELDMAN NA MÍDIA

Dino tira caso da polícia de SP e centraliza apuração sobre Frias na PF

Ministro tranferiu ao STF a competência de supervisionar investigação sobre suspeitas de fraude no ICB após identificar conexões do caso com apurações na Corte envolvendo emendas parlamentares e Mário Frias

Fonte original: CNN Brasil. Este documento é uma cópia de arquivo para clipping; o conteúdo pertence ao veículo e não foi produzido por este sistema.

Veículo	CNN Brasil (cnnbrasil.com.br)
Autor	Gabriela Boechat, Gabriela Piva
Data de publicação	10/09/2026 12:52
URL original	https://www.cnnbrasil.com.br/politica/dino-tira-caso-da-policia-de-sp-e-centraliza-apuracao-sobre-frias-na-pf/
Relevância	Média · Investigação e Justiça · Reportagem
Pessoas citadas	Mário Frias, Karina Gama, Flávio Dino, Jair Bolsonaro, André Mendonça
Organizações	Instituto Conhecer Brasil (ICB), Polícia Federal, Supremo Tribunal Federal, Complexsys, Prefeitura de São Paulo, Fastfuture Tecnologias Emergentes, Tribunal de Contas do Município
Data da coleta	29/09/2026 10:04
Situação	No ar · última verificação 25/11/2026 07:35
Versões	1

TRECHOS QUE CITAM ANDRÉ FELDMAN / COMPLEXSYS

• Segundo os elementos analisados, o deputado teria mantido operações financeiras diretas com empresas relacionadas ao caso, entre elas a Go Up Entertainment e a Complexsys.

• As investigações indicaram ainda que recursos provenientes do contrato municipal e das emendas parlamentares federais teriam sido misturados e posteriormente repassados a um mesmo grupo de empresas, entre elas Complexsys, Fastfuture, Ultra IP e Urban Connect.

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.



Imagem: reprodução / CNN Brasil

RESUMO

O ministro Flávio Dino, do STF (Supremo Tribunal Federal), retirou da Polícia Civil de São Paulo a investigação sobre suspeitas de fraude envolvendo o contrato do ICB (Instituto Conhecer Brasil) e determinou a centralização da apuração na Polícia Federal, sob supervisão do Supremo. A decisão foi tomada após serem identificadas conexões entre o caso e investigações já em tramitação no STF sobre o suposto desvio de emendas parlamentares para a produção do filme Dark Horse, sobre Jair Bolsonaro.

O ministro Flávio Dino, do STF (Supremo Tribunal Federal), retirou da Polícia Civil de São Paulo a investigação sobre suspeitas de fraude envolvendo o contrato do ICB (Instituto Conhecer Brasil) e determinou a centralização da apuração na Polícia Federal, sob supervisão do Supremo.

A decisão foi tomada após serem identificadas conexões entre o caso e investigações já em tramitação no STF sobre o suposto desvio de emendas parlamentares para a produção do filme Dark Horse, sobre Jair Bolsonaro. A apuração também envolve o deputado federal Mário Frias (PL-SP), que tem foro por prerrogativa de função na Corte.

Segundo os elementos reunidos na investigação, a apuração conduzida pela Polícia Civil paulista (que tem como foco um contrato de R$ 108 milhões entre o ICB e a Prefeitura de São Paulo para o programa "Wi-Fi Livre") e a investigação conduzida no STF (voltada aos supostos desvios de emendas parlamentares) não tratariam de esquemas independentes.

As apurações apontaram que os recursos de origem municipal e federal teriam circulado entre as mesmas pessoas e empresas, indicando um contexto criminoso em comum.

Relatórios de Inteligência Financeira e análises de movimentações bancárias também apontaram transações envolvendo Mário Frias e integrantes do grupo investigado. Segundo os elementos analisados, o deputado teria mantido operações financeiras diretas com empresas relacionadas ao caso, entre elas a Go Up Entertainment e a Complexsys.

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/ publicador.

As investigações indicaram ainda que recursos provenientes do contrato municipal e das emendas parlamentares federais teriam sido misturados e posteriormente repassados a um mesmo grupo de empresas, entre elas Complexsys, Fastfuture, Ultra IP e Urban Connect. Parte dos valores teria retornado, em seguida, a operadores ligados ao ICB/ANC e a integrantes do núcleo político investigado.

A existência de conexão entre as apurações, somada à possível participação de uma autoridade com foro privilegiado o no STF, levou Dino a decidir concentrar o caso na Corte.

Segundo a decisão, a medida busca garantir que as investigações relacionadas sejam conduzidas sob uma mesma jurisdição e evitar decisões conflitantes ou eventual questionamento da validade de atos praticados por autoridades sem competência para supervisionar a apuração.

A centralização também busca evitar a manutenção de investigações paralelas pela Polícia Civil de São Paulo e pela Polícia Federal, o que poderia provocar duplicidade de diligências, dificultar o compartilhamento de provas e fragmentar a compreensão sobre a dimensão do suposto esquema.

A Prefeitura de São Paulo disse, em nota enviada à CNN Brasil, que "repudia qualquer tentativa de criar relações entre projetos e programas do Município e a produção cinematográfica do filme sobre o ex-presidente Jair Bolsonaro."

"A administração municipal reitera que a obra não recebeu recursos municipais. A assinatura e execução do termo de colaboração firmado com o Instituto Conhecer Brasil (ICB) não têm qualquer irregularidade identificada. O Programa Wifi Livre segue em pleno funcionamento na cidade com 3.200 pontos instalados e mais de 760 milhões de acessos registrados", afirma.

"Atualmente, o custo de manutenção de cada ponto de Wi-Fi é de R$ 1.280,80, valor menor do que os praticados na gestão Haddad, quando cada ponto chegou a custar R$ 8.899,13. Vale destacar que o Tribunal de Contas do Município (TCM-SP) julgou irregular a execução do contrato de 2014 por falhas de autenticação, monitoramento e qualidade do serviço. Em relação à parceria com o ICB, a Controladoria Geral do Município (CGM) acompanha as investigações desde as primeiras denúncias e instaurou procedimento em maio de 2026, que segue andamento", conclui.

A CNN Brasil também tenta contato com Mario Frias, a produtora Karina Gama e com o PL (Partido Liberal) para um posicionamento do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

Entenda o caso

A PF (Polícia Federal) cumpre nesta quinta-feira 49 mandados de busca e apreensão contra nomes ligados ao financiamento do filme "Dark Horse", cinebiografia do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Karina Gama, dona da produtora responsável pela produção do filme, e o deputado federal Mario Frias (PL-SP) estão entre os alvos.

A operação Make Up foi autorizada pelo ministro Flávio Dino, do STF (Supremo Tribunal Federal), e apura supostas irregularidades na destinação de R$ 2 milhões em emendas parlamentares repassadas ao ICB (Instituto Conhecer Brasil), de Karina.

A suspeita é de que parcela do valor total não teria comprovação de utilização, por meio de nota fiscal.

Ao todo, são 53 alvos, sendo 29 pessoas físicas e 24 pessoas jurídicas. Foram cumpridos mandatos em São Paulo, Rio de Janeiro, Ceará e no Distrito Federal, em ação conjunta com a CGU (Controladoria-Geral da União).

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.

As investigações apontam a existência de uma "organização criminosa formada por agentes públicos e privados", que é suspeita de direcionar os valores recebidos para empresas subcontratadas de forma irregular e sem comprovação da efetiva prestação dos serviços contratados.

Além dos mandatos cumpridos pelos agentes, Dino também determinou que os 29 investigados não poderão sair do país sem autorização, assim como estão proibidos de se comunicar entre si.

O financiamento do filme "Dark Horse" é alvo de dois inquéritos no STF. Um deles é relatado pelo ministro André Mendonça e o outro, que mira o possível direcionamento de emendas, tem Dino como relator.

Fonte original: https://www.cnnbrasil.com.br/politica/dino-tira-caso-da-policia-de-sp-e-centraliza-apuracao-sobre-frias-na-pf/ · Coletado em 29/09/2026 10:04 · Gerado em 27/11/2026 23:54

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.